

# Diário do Legislativo de 07/04/1999

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adatao - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

## LIDERANÇAS

### 1) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Hely Tarquínio

Vice-Líderes: Ailton Vilela e Márcio Kangussu

### 2) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Antônio Andrade

### 3) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Alencar da Silveira Júnior

Vice-Líder: Marcelo Gonçalves

### 4) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando

Vice-Líder: Glycon Terra Pinto

### 5) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Navarro Vieira

Vice-Líder: Paulo Piau

### 6) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Olinto Godinho

Vice-Líder: Christiano Canêdo

### 7) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Rogério Correia

Vice-Líder: Adelmo Carneiro Leão

### 8) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Djalma Diniz

Vice-Líder: Dalmo Ribeiro Silva

### 9) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Agostinho Silveira

Vice-Líder: Eduardo Brandão

### 10) LIDERANÇA DO PSB:

Líder: Deputado Edson Rezende

Vice-Líder: Deputada Elaine Matozinhos

11) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Alberto Pinto Coelho

Vice-Líderes: Eduardo Hermeto e Maria José Haueisen e Rêmoló Aloise

12) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Paulo Pettersen

13) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Carlos Pimenta

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB Presidente

Deputado José Alves Viana PDT Vice-Presidente

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Arlen Santiago PTB

SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Eduardo Daladier PDT

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputada Elaine Matozinhos PSB

Deputado Ivo José PT

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ambrósio Pinto PTB Presidente

Deputado Eduardo Brandão PL Vice-Presidente

Deputado Irani Barbosa PSD

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado José Henrique PMDB

SUPLENTES:

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado José Milton PL

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado César de Mesquita PMDB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Ermano Batista PSDB Presidente

Deputado Antônio Júlio PMDB Vice-Presidente

Deputado Eduardo Daladier PDT

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Agostinho Silveira PL

Deputado Paulo Piau PFL

Deputado Irani Barbosa PSD

SUPLENTES:

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Rogério Correia PT

Deputado José Milton PL

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Ronaldo Canabrava PSC

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15h30min

EFETIVOS:

Deputado João Paulo PSD Presidente

Deputada Elaine Matozinhos PSB Vice-Presidente

Deputado Mauri Torres PSDB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Bené Guedes PDT

SUPLENTES:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputada Maria José Haueisen PT

#### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

##### EFETIVOS:

Deputado João Leite PSDB Presidente

Deputado Glycon Terra Pinto PPB Vice-Presidente

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Sargento Rodrigues PL

##### SUPLENTES:

Deputada Elbe Brandão PSDB

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado João Batista de Oliveira PDT

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Cabo Moraes PL

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

##### EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa PFL Presidente

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB Vice-Presidente

Deputado João Pinto Ribeiro PTB

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado José Milton PL

##### SUPLENTES:

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputado Paulo Piau PFL

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Agostinho Silveira PL

#### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

##### EFETIVOS:

Deputado Márcio Cunha PMDB Presidente

Deputado Mauro Lobo PSDB Vice-Presidente

Deputado Eduardo Hermeto PSB

Deputado Rêmoló Aloise PFL

Deputado Miguel Martini PSN

Deputado Rogério Correia PT

Deputado Olinto Godinho PTB

SUPLENTE:

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Arlen Santiago PTB

#### COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Cabo Morais PL Presidente

Deputada Maria José Haueisen PT Vice-Presidente

Deputado Fábio Avelar PSDB

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Adelino de Carvalho PMN

SUPLENTE:

Deputado Eduardo Brandão PL

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Wanderley Ávila PSDB

Deputado César de Mesquita PMDB

Deputado Arlen Santiago PTB

#### COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado João Batista de Oliveira PDT Presidente

Deputado Paulo Piau PFL Vice-Presidente

Deputado Márcio Kangussu PSDB

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Luiz Fernando PPB

SUPLENTE:

Deputada Maria José Haueisen PT

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Fábio Avelar PSDB

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputado Dinis Pinheiro PSD

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

#### EFETIVOS:

Deputado Elmo Braz PPB Presidente

Deputado Djalma Diniz PSD Vice-Presidente

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputada Maria Olívia PSDB

Deputado Marco Régis PPS

#### SUPLENTE:

Deputado Luiz Fernando PPB

Deputado João Paulo PSD

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Miguel Martini PSN

#### COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

#### EFETIVOS:

Deputado Edson Rezende PSB Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB Vice-Presidente

Deputado César de Mesquita PMDB

Deputado Christiano Canêdo PTB

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

#### SUPLENTE:

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Ronaldo Canabrava PSC

#### COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15h30min

#### EFETIVOS:

Deputado Ivo José PT Presidente

Deputado Amilcar Martins PSDB Vice-Presidente

Deputado Christiano Canêdo PTB

Deputado Luiz Menezes PPS

Deputado Ronaldo Canabrava PSC

SUPLENTE:

Deputado Rogério Correia PT

Deputado João Leite PSDB

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Eduardo Hermeto PSB

#### COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Álvaro Antônio PDT Presidente

Deputado Arlen Santiago PTB Vice-Presidente

Deputado Wanderley Ávila PSDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

SUPLENTE:

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Antônio Andrade PMDB

#### COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputada Elbe Brandão PSDB Presidente

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT Vice-Presidente

Deputado Márcio Cunha PMDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado George Hilton PL

SUPLENTE:

Deputado Amilcar Martins PSDB

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - Reunião de Debates

1.2 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

## 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATAS

#### ATA DA REUNIÃO DE DEBATES EM 5/4/99

Presidência do Deputado Gil Pereira

Sumário: Comparecimento - Falta de "quorum" - Ordem do Dia.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Dilzon Melo - Gil Pereira - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Ambrósio Pinto - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Eduardo Daladier - Hely Tarquínio - João Paulo - João Pinto Ribeiro - José Alves Viana - José Henrique - Rêmoló Aloise.

#### Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado Gil Pereira) - Às 20h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 6, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, bem como para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (-A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.).

#### ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às dez horas do dia dezesseis de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Márcio Cunha, Eduardo Hermeto, Mauro Lobo, Miguel Martini, Olinto Godinho, Rogério Correia e Rêmoló Aloise, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Márcio Cunha, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Olinto Godinho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A seguir, o Presidente informa que a reunião se destina a apreciar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. José Augusto Trópia Reis, Presidente do BDMG, encaminhando à Comissão os relatórios do Programa SOMMA referentes ao biênio 1997/1998 e síntese da situação fiscal de Minas Gerais no período de 1995 a 1998, encaminhada pelo Secretário da Fazenda do Governo anterior, Sr. João Heraldo Lima. A Presidência informa que se encontra à disposição dos Deputados cópia da medida cautelar impetrada pelo Estado junto ao Supremo Tribunal Federal a respeito da negociação da dívida do Estado com o Governo Federal, encaminhada pela Procuradora-Geral do Estado, Sra. Misabel Derzy. O Presidente passa a direção da reunião para o Deputado Mauro Lobo para que possa apresentar requerimentos de sua autoria. O Deputado Márcio Cunha apresenta requerimento mediante o qual solicita seja convidado o Secretário da Fazenda para fazer exposição sobre o impacto das desonerações legais do ICMS e dos benefícios financeiros no orçamento do Estado. Durante a fase de votação, para encaminhá-la, fazem uso da palavra todos os Deputados presentes. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. O Deputado Márcio Cunha apresenta outro requerimento mediante o qual solicita seja realizado fórum técnico de debates sobre as prestações de contas do Governador, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o orçamento participativo. O Deputado Rogério Correia solicita o adiamento da votação do requerimento. Submetido a votação, é aprovado o requerimento de adiamento. O Deputado Rogério Correia solicita a retirada de tramitação de requerimento de sua autoria mediante o qual solicita a realização de fórum técnico de debates sobre a questão da autonomia fiscal dos Estados. Vem à mesa requerimento dos Deputados Ivo José, Rogério Correia e Sebastião Navarro Vieira mediante o qual solicitam seja realizada reunião conjunta das Comissões de Administração Pública, de Trabalho, Previdência e Ação Social e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para avaliar a aplicação em Minas Gerais das reformas administrativas e da seguridade social do funcionalismo, em particular, a previdenciária, aprovadas pelo Congresso Nacional. Para tanto, solicitam sejam convidados para a reunião o Secretário de Recursos Humanos e Administração, o Presidente do IPSEMG e representantes dos servidores e dos usuários dos serviços públicos. Vem à mesa requerimento do Deputado José Henrique mediante o qual solicita que a Comissão se reúna conjuntamente com as Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização e de Administração Pública, para avaliarem as reformas administrativa e previdenciária aprovadas pelo Congresso Nacional, bem como as repercussões nos municípios mineiros da Emenda à Constituição nº 20. Por guardarem semelhança, o segundo requerimento é anexado ao primeiro pelo Presidente, que o coloca em votação. Para encaminhar a votação, o Deputado Eduardo Hermeto faz uso da palavra e solicita o adiamento da votação do requerimento. Submetido a votação, é aprovado o requerimento de adiamento. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de março de 1999.

Márcio Cunha, Presidente - Rogério Correia - Mauro Lobo - Eduardo Hermeto - Miguel Martini.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 4/99

Às dez horas do dia dezoito de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Costa, Jorge Eduardo de Oliveira (substituindo este ao Deputado Paulo Pettersen, por indicação da Liderança do PMDB) e Mauri Torres (substituindo o Deputado Antônio Carlos Andrada, por indicação da Liderança do PFL), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, em virtude de ser esta a primeira reunião da Comissão, informa que não há ata a ser lida. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator da matéria. A seguir, o Presidente determina a distribuição das cédulas de votação e convida o Deputado Mauri Torres para atuar como escrutinador. Realizada a votação, são eleitos, respectivamente, os Deputados Sebastião Costa e Marcelo Gonçalves Presidente e Vice-Presidente da Comissão. O Deputado Jorge Eduardo de Oliveira assume a direção dos trabalhos e empossa o Presidente da Comissão, Deputado Sebastião Costa, que agradece a confiança nele depositada. A seguir, o Presidente designa o Deputado Antônio Carlos Andrada como relator da matéria objeto de análise da Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, informa que a próxima reunião será convocada através de edital, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de abril de 1999.

Sebastião Costa, Presidente - Antônio Carlos Andrada - João Paulo.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão ESPECIAL PARA INDICAR TITULARES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE MINAS GERAIS - FHEMIG -, da FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS - FUNED - e da Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais - HEMOMINAS

Às quinze horas do dia vinte e três de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jorge Eduardo de Oliveira, Carlos Pimenta, Marcelo Gonçalves, Elmo Braz, Hely Tarquínio e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Antônio Carlos Andrada, Arlen Santiago, Christiano Canedo, Edson Rezende, Mauro Lobo, Alberto Pinto Coelho e Márcio Cunha. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Marcelo Gonçalves, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir os titulares indicados para ocupar os cargos de Superintendente-Geral da Fundação Hospitalar de Minas Gerais - FHEMIG -, Sr. João Baptista Magro Filho; Superintendente-Geral da Fundação Ezequiel Dias - FUNED -, Sr. Francisco Panadés Rubió, e Presidente do Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais - HEMOMINAS -, Sra. Ana Bárbara de Freitas Carneiro Proetti. A Presidência passa a palavra à Sra. Ana Bárbara de Freitas Carneiro Proetti, que, após sua exposição, é sabatinada pelos parlamentares presentes. A seguir, o Presidente passa a palavra ao Sr. João Batista Magro Filho, que, após sua explanação, é sabatinado pelos parlamentares presentes. Prosseguindo, o Presidente passa a palavra ao Sr. Francisco Panadés Rubió, que, após sua exposição, é argüido pelos parlamentares presentes. Ato contínuo, a Presidência passa a palavra ao Deputado Marcelo Gonçalves, relator desta Comissão Especial. Após fazer a leitura de seu parecer, o Deputado Marcelo Gonçalves conclui pela aprovação das indicações acima mencionadas. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. O Presidente suspende a reunião para que se lavre a ata. Reabertos os trabalhos, a Presidência solicita ao Deputado Marcelo Gonçalves que proceda à leitura da ata da reunião, leitura essa que é dispensada em virtude de requerimento do Deputado Antônio Andrada. A ata é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e parlamentares e encerra os trabalhos da Comissão Especial.

Sala das Comissões, 23 de março de 1999.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Carlos Pimenta - Marcelo Gonçalves - Hely Tarquínio - Sebastião Navarro Vieira - Elmo Braz.

#### ATA DA 3ª REUNIÃO Ordinária da comissão de turismo, indústria e comércio

Às quinze horas do dia vinte e três de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Elbe Brandão e os Deputados Alencar da Silveira Júnior, Alberto Bejani e Márcio Cunha, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Elbe Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Márcio Cunha, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros presentes. A seguir, informa que a reunião se destina a apreciar proposições da Comissão. A Presidente submete a votação, e são aprovados, requerimentos do Deputado George Hilton, em que solicita sejam convidados o Sr. Geraldo Gomes Rezende, Secretário de Indústria, Comércio e Turismo, para expor os planos e metas de sua Pasta para o fomento da indústria e do comércio e o Sr. Fernando Lana, Presidente da TURMINAS, para falar sobre a implantação de novas políticas que gerem emprego no turismo e o conseqüente aumento da arrecadação de tributos. A seguir, a Presidente transfere a direção dos trabalhos ao Deputado Alencar da Silveira Júnior, Vice-Presidente, para que possa apresentar requerimentos, em que solicita sejam convidados representantes de órgãos ligados ao PRODETUR-MG para reunião sobre esse programa e seja convidado o Sr. Ronaldo Vasconcellos, Deputado Federal indicado para ocupar a direção da futura Secretaria de Turismo, para expor os planos de estruturação dessa Pasta. Submetidos a votação, são os requerimentos aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de abril de 1999.

Elbe Brandão, Presidente - Márcio Cunha - George Hilton.

#### ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da cpi da carteira de habilitação

Às dez horas do dia vinte e cinco de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Alberto Bejani, Ivo José, José Alves Viana e Márcio Cunha, membros da supracitada Comissão. Registra-se a presença dos Deputados Durval Ângelo, Wanderley Ávila, José Braga, Ailton Vilela, Bené Guedes, Dalmo Ribeiro Silva, Ermanno Batista e Antônio Júlio. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara abertos os trabalhos e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Alberto Bejani, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. Em seguida, o Presidente informa que a reunião se destina a ouvir os Srs. Jairo Lellis Filho, Superintendente da Polícia Técnico-Científica da Secretaria da Segurança Pública; Bráulio Stivanini Júnior, Delegado da Divisão de Habilitação do DETRAN-MG; e José Antônio de Moraes, Corregedor-Geral da Polícia Civil; e a discutir e votar proposições da Comissão. São ouvidos os depoentes, cada um por sua vez, a quem são prestados os esclarecimentos sobre o funcionamento das comissões parlamentares de inquérito. Cada depoente é devidamente qualificado e questionado pelos membros da Comissão, conforme consta nas notas taquigráficas. Em seguida, passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições da Comissão. Neste momento, o Deputado João Leite passa a Presidência ao Deputado Alberto Bejani. São aprovados requerimentos: do Deputado José Alves Viana, solicitando sejam convocados os Srs. Eudézio Bosco da Silva e Lauro Cerqueira para prestarem esclarecimentos a esta Comissão; do Deputado Ivo José, solicitando sejam convocados os Srs. Raimundo Inácio de Oliveira, ex-Diretor do DETRAN-MG; Rodrigo de Oliveira, lotado na Chefia de Gabinete da Secretaria da Segurança Pública de Minas Gerais; a Sra. Elaine Lúcia Nogueira Cruz, lotada na Chefia da Divisão de Habilitação do DETRAN-MG; o Sr. Milton Clementino da Silva; os Cabos Brant e Cândido, lotados em Divinópolis de Minas, para prestarem depoimentos à Comissão; se oficiar ao Secretário da Segurança Pública, solicitando o fornecimento de prontuário dos Delegados Hilário Alves Teixeira e Jair Hélio da Silva, e ao Juiz Criminal da Comarca de Santa Luzia, solicitando informações sobre o pedido de prisão preventiva do Delegado Jair Hélio da Silva; seja requerida ao Corregedor-Geral de Polícia Civil a relação dos inquéritos já concluídos e dos inquéritos em andamento das pessoas envolvidas com a facilitação da emissão de carteiras de habilitação e, ainda, o nome e o endereço dos envolvidos e a síntese dos fatos que levaram ao indiciamento dos policiais civis. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de abril de 1999.

Alberto Bejani, Presidente - Ivo José - Márcio Cunha - Christiano Canêdo.

#### ATA DA 4ª REUNIÃO Ordinária DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Às quinze horas e trinta e cinco minutos do dia trinta de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Paulo, Elaine Matozinhos e Bené Guedes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Paulo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Elaine Matozinhos, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que em 25/3/99 foi designada a Deputada Elaine Matozinhos para relatar o Projeto de Lei nº 32/99 e o Deputado Bené Guedes para relatar o Projeto de Lei nº 78/99, ambos no 1º turno. Esgotada a matéria destinada à 1ª Parte da reunião, a Presidência passa à 3ª Fase da ordem do dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. O Deputado Bené Guedes procede à leitura de requerimento do Deputado Arlen Santiago, em que solicita reunião conjunta da Comissão com as Comissões de Administração Pública e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, para ouvir as autoridades que menciona sobre os constantes atrasos que vêm ocorrendo na rota das aeronaves da Companhia de Aviação Rio Sul Nordeste, com destino a Montes Claros e retorno a Belo Horizonte. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. Após, o Deputado João Paulo passa a Presidência à Deputada Elaine Matozinhos e, em seguida, apresenta requerimento, em que solicita sejam ouvidas na Comissão as autoridades que menciona, para se discutir a adulteração de combustível praticada pelos fornecedores. Posto em votação, é o requerimento aprovado. O Deputado João Paulo reassume a direção dos trabalhos e esclarece que a reunião se destina a discutir, com representantes da OAB e dos consumidores mineiros lesados pela ENCOL, os reflexos da falência dessa empresa, decretada pelo Juízo da Comarca de Goiânia. A seguir, informa aos Deputados e demais participantes que serão ouvidos na reunião os Srs. Cláudio Péret Dias, Secretário-Geral da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB-MG; Marco Antônio Gonçalves Torres, advogado de Direito Empresarial, e Paulo Rafael Cadaval Bedê. Ato contínuo, registra a presença dos convidados supracitados e do Sr. Louis Jaques Alves Nogueira, representante do Condomínio Edifício Address Savassi, em Belo Horizonte. O Presidente tece as considerações iniciais relativas ao objetivo da reunião e, logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam a sua exposição e respondam às perguntas formuladas pelos Deputados presentes, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento dos convidados, dos Deputados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de abril de 1999.

João Paulo, Presidente - Elaine Matozinhos - Bené Guedes.

#### ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 18ª reunião ordinária, em 7/4/99

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Requerimento nº 15/99, do Deputado Marco Régis, solicitando o envio de moção de apoio ao Governador do Estado pelas adoção de medidas político-administrativas e jurídicas buscando resguardar os interesses de Minas Gerais no seu relacionamento com a União. Incluído em ordem do dia para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Requerimento nº 9/99, do Deputado Washington Rodrigues, em que pede ao Governador do Estado informações sobre a implementação ao servidor militar do direito ao adicional de periculosidade previsto na Emenda à Constituição nº 35/98. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 10/99, do Deputado Chico Rafael, pedindo informações ao Presidente do Conselho Estadual de Educação sobre a tramitação do processo de criação da Universidade do Vale do Sapucaí. A Mesa da Assembléia opina pela rejeição do requerimento.

Requerimento nº 20/99, do Deputado Rogério Correia, em que solicita às Secretarias de Educação e de Transportes e Obras Públicas os termos do convênio e o contrato para execução das obras realizadas em parceria com a Prefeitura Municipal de Sarzedo nas Escolas Estaduais Ernesto Carneiro Santiago e José Pereira dos Santos, naquele município. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 21/99, do Deputado Carlos Pimenta, solicitando ao Governo do Estado o envio a esta Casa de relatório enumerando os municípios do Norte de Minas em débito com órgãos das administrações direta e indireta, autarquias e fundações. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 36/99, do Deputado Hely Tarquínio, solicitando informações ao Secretário da Fazenda acerca dos pagamentos efetuados pelo Governo do Estado à União, referentes ao contrato que especifica, no período entre os meses de fevereiro e dezembro de 1998. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 43/99, do Deputado Ermano Batista, solicitando informações à Secretaria de Administração sobre os servidores que menciona, designados pelo Governador do Estado para cargos de Presidência ou diretoria de autarquias e fundações, quanto a saber se eles fazem parte do quadro permanente dos servidores do Estado e, em caso afirmativo, qual a sua situação funcional à data do ato. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 54, que altera o art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/52, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.880, que dispõe sobre o lançamento de esgoto e de águas residuárias em cursos d'água e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.891, que dispõe sobre instalações sanitárias para uso de passageiros em estações rodoviárias e pontos de parada de ônibus intermunicipais. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.901, que dispõe sobre o transporte de preso provisório ou condenado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.919, que dispõe sobre a utilização de veículo automotor oficial de serviço e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.927, que dispõe sobre a quitação de crédito tributário com precatórios. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.928, que acrescenta inciso ao art. 3º da Lei nº 12.735, de 30/12/97, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.930, que fixa prazo para a expedição de documentos do sistema estadual de ensino. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.977, que estabelece condições para a aquisição de bens móveis por órgão ou entidade da administração pública estadual. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.979, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itamoji o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.980, que dispõe sobre a cobrança dos serviços 900, 0900 e similares explorados pelas empresas de comunicação e telecomunicações no território do Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.987, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cruzeiro da Fortaleza o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.988, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Campina Verde o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.990, que estabelece normas para o abate de animais destinados ao consumo e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.991, que dispõe sobre o pagamento pelo Estado de honorários a advogado não-Defensor Público nomeado para defender réu pobre e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.992, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Patrocínio. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.994, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Três Corações o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.995, que dispõe sobre o pagamento de pensão pela Caixa Beneficente da Guarda Civil e da Inspeção de Veículos de Belo Horizonte. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.997, que dispõe sobre a Caixa Beneficente dos ex-Guardas Cíveis e Fiscais de Trânsito de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.999, que dispõe sobre a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, nos termos da Lei Federal nº 9.424, de 24/12/96. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.000, que torna obrigatória a identificação do proprietário na parte traseira dos veículos de transporte de carga. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.003, que dispõe sobre a composição da frota oficial de veículos do Estado e estabelece incentivo fiscal. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.004, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lajinha o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.006, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sacramento o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.008, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Itamarandiba o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.009, que cria a Ouvidoria Ambiental do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.023, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Alvinópolis o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.026, que dispõe sobre declaração de bens de cidadãos que exerçam cargo e função pública e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.027, que altera o § 1º do art. 19 da Lei nº 9.381, de 18/12/86, que institui o quadro de pessoal das unidades estaduais de ensino e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.028, que estabelece competência do IPSEMG para arrecadar e aplicar as contribuições sociais de que trata o parágrafo único do art. 149 da Constituição Federal. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.029, que autoriza o Poder Executivo a doar à entidade Assistência Social São Judas Tadeu, no Município de Uberaba, o imóvel que especifica. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.052, que dispõe sobre o Conselho Deliberativo do IPSEMG - CODEI. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.053, que cria Serventias do Foro Extrajudicial nos Municípios de Contagem, Antônio Carlos e Monte Azul e Serviço de Notas no Município de Carandaí. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.058, que transfere para a Loteria do Estado de Minas Gerais as atividades da Comissão Permanente de Bingos. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.060, que dispõe sobre o serviço de táxi especial para transporte rodoviário intermunicipal de passageiros na Região Metropolitana de Belo Horizonte e dá outras providências.

A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.063, que dispõe sobre a política estadual de recursos hídricos e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.015, que estabelece norma para concurso público promovido pelo Estado. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.014, que promove a adequação da lei orgânica do Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais - IPLEMG - às normas constitucionais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.068, que cria o Serviço de Orientação Psicopedagógica nas escolas da rede pública estadual. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 50/99, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 11.721, de 29/12/94, modificado pelo art. 2º da Lei nº 11.822, de 15/5/95, pelo art. 5º da Lei nº 12.237, de 5/7/96, e pelo art. 1º da Lei nº 12.532, de 30/6/97. (O projeto dispõe sobre designação para o exercício de função pública de servidor para a Secretaria da Educação). A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 18/99, do Deputado Ambrósio Pinto, que aprova convênio celebrado entre os Municípios de Visconde do Rio Branco e São Geraldo para modificação de limite territorial. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 16/99, dos Deputados Rogério Correia e Maria José Haueisen, que dispõe sobre a criação da Brigada Voluntária de Incêndio. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

## Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 7/4/99

Pauta Complementar

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 131/99, do Deputado Paulo Pettersen.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 9h30min do dia 8/4/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 93/99, da Deputada Maria Olívia; 116/99, do Deputado Rogério Correia.

Realização de discussão sobre possíveis desvios na aplicação das verbas recebidas do SUS pela Prefeitura Municipal de Montes Claros, com os seguintes convidados: Srs. Eduardo Avelino Pereira, Secretário Municipal de Saúde de Montes Claros; Antônio Guerreiro, Vereador à Câmara Municipal de Montes Claros; Roberto Coelho Ferreira, membro do Conselho Municipal de Saúde de Montes Claros, e Marco Antônio de Souza, representante da CUT.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 9h30min do dia 8/4/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da CPI DOS Fundos, a realizar-se às 10 horas do dia 8/4/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o Sr. Manoel da Silva Costa Júnior, Secretário do Planejamento, que prestará esclarecimentos sobre a destinação dos recursos pertencentes aos fundos estaduais.

## Discussão e votação de proposições da Comissão.

### EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 9 horas do dia 7/4/99, destinada a receber o Sr. João Batista dos Mares Guia, ex-Secretário da Educação.

Palácio da Inconfidência, 6 de abril de 1999.

Anderson Aduino, Presidente.

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 7/4/99, destinada à apreciação dos vetos às Proposições de Lei nºs 13.880, que dispõe sobre o lançamento de esgoto e de águas residuárias em cursos d'água e dá outras providências; 13.891, que dispõe sobre instalações sanitárias para uso de passageiros em estações rodoviárias e pontos de parada de ônibus intermunicipais; 13.901, que dispõe sobre o transporte de preso provisório ou condenado e dá outras providências; 13.919, que dispõe sobre a utilização de veículo automotor oficial de serviço e dá outras providências; 13.927, que dispõe sobre a quitação de crédito tributário com precatórios; 13.928, que acrescenta inciso ao art. 3º da Lei nº 12.735, de 30/12/97, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores; 13.930, que fixa prazo para a expedição de documentos do sistema estadual de ensino; 13.977, que estabelece condições para a aquisição de bens móveis por órgão ou entidade da administração pública estadual; 13.979, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itamoji o imóvel que especifica; 13.980, que dispõe sobre a cobrança dos serviços 900, 0900 e similares explorados pelas empresas de comunicação e telecomunicações no território do Estado; 13.987, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cruzeiro da Fortaleza o imóvel que especifica; 13.988, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Campina Verde o imóvel que especifica; 13.990, que estabelece normas para o abate de animais destinados ao consumo e dá outras providências; 13.991, que dispõe sobre o pagamento pelo Estado de honorários a advogado não-Defensor Público nomeado para defender réu pobre e dá outras providências; 13.992, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Patrocínio; 13.994, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Três Corações o imóvel que especifica; 13.995, que dispõe sobre o pagamento de pensão pela Caixa Beneficente da Guarda Civil e da Inspetoria de Veículos de Belo Horizonte; 13.997, que dispõe sobre a Caixa Beneficente dos ex-Guardas Cíveis e Fiscais de Trânsito de Minas Gerais e dá outras providências; 13.999, que dispõe sobre a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério; 14.000, que torna obrigatória a identificação do proprietário na parte traseira dos veículos de transporte de carga; 14.003, que dispõe sobre a composição da frota oficial de veículos do Estado e estabelece incentivo fiscal; 14.004, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lajinha o imóvel que especifica; 14.006, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sacramento o imóvel que especifica; 14.008, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Itamarandiba o imóvel que especifica; 14.009, que cria a Ouvidoria Ambiental do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 14.014, que promove a adequação da lei orgânica do Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais - IPLEMG - às normas constitucionais e dá outras providências; 14.015, que estabelece norma para concurso público promovido pelo Estado; 14.023, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Alvinópolis o imóvel que especifica; 14.026, que dispõe sobre declaração de bens de cidadãos que exerçam cargo e função pública e dá outras providências; 14.027, que altera o § 1º do art. 19 da Lei nº 9.381, de 18/12/86, que institui o quadro de pessoal das unidades estaduais de ensino e dá outras providências; 14.028, que estabelece competência do IPSEMG para arrecadar e aplicar as contribuições sociais de que trata o parágrafo único do art. 149 da Constituição Federal; 14.029, que autoriza o Poder Executivo a doar à entidade Assistência Social São Judas Tadeu, no Município de Uberaba, o imóvel que especifica; 14.052, que dispõe sobre o Conselho Deliberativo do IPSEMG - CODEL -; 14.053, que cria Serventias do Foro Extrajudicial nos Municípios de Contagem, Antônio Carlos e Monte Azul e Serviço de Notas no Município de Carandá; 14.058, que transfere para a Loteria do Estado de Minas Gerais as atividades da Comissão Permanente de Bingos; 14.060, que dispõe sobre o serviço de táxi especial para transporte rodoviário intermunicipal de passageiros na Região Metropolitana de Belo Horizonte e dá outras providências; 14.063, que dispõe sobre a política estadual de recursos hídricos e dá outras providências; e 14.068, que cria o Serviço de Orientação Psicopedagógica nas escolas da rede pública estadual; e da Proposição de Lei Complementar nº 54, que altera o art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/52, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Minas Gerais; dos Projetos de Lei nºs 16/99, dos Deputados Rogério Correia e Maria José Hauelsen, que dispõe sobre a criação da Brigada Voluntária de Incêndio; e 50/99, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 11.721, de 29/12/94, modificado pelo art. 2º da Lei nº 11.822, de 15/5/95, pelo

art. 5º da Lei nº 12.237, de 5/7/96, e pelo art. 1º da Lei nº 12.532, de 30/6/95; e do Projeto de Resolução nº 18/99, do Deputado Ambrósio Pinto, que aprova convênio celebrado entre os Municípios de Visconde do Rio Branco e São Geraldo para modificações de limite territorial; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 6 de abril de 1999.

Anderson Aauto, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 7/99

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Cabo Morais, Marcelo Gonçalves, Márcio Cunha e Wanderley Ávila, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 7/4/99, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 6 de abril 1999.

Sebastião Costa, Presidente "ad hoc".

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Carlos Pimenta, Christiano Canêdo e César de Mesquita, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/4/99, às 9h20min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se eleger o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 5 de abril de 1999.

Edson Rezende, Presidente.

#### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3/99

Comissão Especial

Relatório

Subscrita por mais de 1/3 dos membros do Poder Legislativo e tendo como primeiro signatário o Deputado João Paulo, a proposta de emenda à Constituição em epígrafe visa a dar nova redação a dispositivo sobre promoção e ordenamento territorial.

Publicada em 26/2/99 no "Diário do Legislativo", a proposta vem a esta Comissão Especial para receber parecer.

Fundamentação

Primeiramente, é necessário que façamos algumas considerações sobre alguns dos temas de que trata o projeto.

A religião pode ser considerada um sistema organizado de cerimônias, práticas e cultos voltados para uma ou várias divindades ou para um Deus supremo. Os ensinamentos religiosos moldam as vidas das pessoas desde a Pré-História. A religião tem-se revelado fonte importante de inspiração artística. Algumas das mais belas construções arquitetônicas do mundo são casas de culto. Grande parte da melhor música do mundo é religiosa. Acontecimentos religiosos fornecem temas incontáveis para a pintura, a escultura, a literatura, a dança e o cinema.

Templo é a edificação destinada à adoração de divindades ou à prática de cultos e liturgias. Os templos têm sido construídos desde os primórdios da história, em diversas partes do mundo, para honrar e louvar um deus ou muitos deuses. Entre os mais belos, podemos enumerar o Partenon na Grécia e as pirâmides do Egito. Nas Américas, antes da chegada de Colombo, os astecas, maias e incas construíram grandes templos, cujas ruínas, no México, na Guatemala e no Peru, são visitadas por turistas do mundo inteiro.

Existem inúmeras religiões por todo o mundo. Entre as mais importantes citamos o Judaísmo, o Hinduísmo, o Budismo, o Confucionismo, Taoísmo, o Islamismo e o Cristianismo.

As provas mais antigas de atividade religiosa datam de 60.000 a.C. Antropólogos e historiadores acreditam que se tenha praticado alguma forma de culto desde o aparecimento do homem sobre a Terra, há cerca de 2.500.000 anos.

A liberdade de crença e de consciência é consagrada pelo inciso VI do art. 5º da Constituição da República, que garante a cada pessoa o direito de professar ou não uma fé. Esse dispositivo constitucional assegura a toda e qualquer religião o livre exercício e garante, na forma da lei, proteção aos locais de culto e às liturgias. Assim, ultrajar, impedir ou perturbar a prática de culto religioso é considerado crime, definido no art. 208 do Código Penal Brasileiro. O Estado deve, pois, garantir a proteção aos locais onde se realizam liturgias e cultos religiosos.

A nova redação que se pretende dar ao inciso V do art. 170 da Constituição do Estado, visa a manter a liberdade dos cultos religiosos, garantindo-lhes o funcionamento, independentemente de alvará, licenciamento ou qualquer limitação de caráter geográfico.

A medida tem por fundamento básico, segundo o autor, o fato de que a legislação de inúmeros municípios está eivada de graves equívocos, que inviabilizam a prática religiosa.

Conclusão

Diante do exposto, concluímos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3/99.

Sala das Comissões, 6 de abril de 1999.

George Hilton, Presidente - Glycon Terra Pinto, relator - Márcio Kangussu.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

Edital ELE Nº 1/99

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, por meio da Área de Ensino e Extensão da Escola do Legislativo, torna público aos interessados que se encontra prorrogado por 15 dias, a partir desta data, o prazo de inscrição para o cadastramento de profissionais que prestam os serviços técnicos especializados de que trata o art. 13 da Lei nº 8.666, de 1993.

O edital será obtido na sede da Escola, na Av. Olegário Maciel, 2.161, no horário de 13 às 17 horas, mediante o pagamento da taxa de R\$5,00.